



Sirio

EDUCAÇÃO PERMANENTE

APRENDER, TRANSFORMAR, CONTINUAR

Parada Técnica

Integralidade do SUAS

Sobre a Palestrante

Sou Gabriele Sirio, mãe, Assistente Social, Professora Formadora e Consultora, com trajetória dedicada à formação, gestão e fortalecimento das políticas públicas de Assistência Social.

Atualmente, sou Mestra (2025) em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus Baixada Santista), desenvolvendo a pesquisa “SUAS SEM RACISMO: ‘Precisa colocar cor?’”. Sou também graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus Franca, 2019).

No campo da gestão pública, atuei como Diretora de Proteção Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Igarapu do Tietê-SP, onde também coordenei o CRAS volante “Acolhe Bairro” e o CRAS “Espaço da Família”. Além disso, exerci a função de Supervisora Acadêmica de Estágio do Curso de Serviço Social EaD, contribuindo para a formação de novos profissionais.

Minhas áreas de atuação envolvem o trabalho com políticas públicas, formação e supervisão acadêmica, gestão e coordenação de serviços socioassistenciais, consultoria e capacitação de equipes, com ênfase em diversidade, enfrentamento ao racismo institucional e fortalecimento do SUAS.

Minha prática profissional é guiada pelo compromisso com a transformação social, a valorização das equipes e o aprimoramento das políticas públicas de Assistência Social.

Educação Permanente para quem?



“A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” - Bell Hooks

Reforçando conceitos básicos do SUAS



A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a proteção social básica e a proteção social especial são dois níveis de proteção ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Proteção Social Básica



Prevenir situações de risco social e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Atende pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade antes que ocorra a violação de direitos.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a proteção social básica e a proteção social especial são dois níveis de proteção ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Proteção Social Especial



Atender situações em que os direitos já foram violados, exigindo acompanhamento mais especializado, prolongado e com maior articulação intersetorial.

Média complexidade: há violação de direitos, mas os vínculos familiares e comunitários ainda existem.

Alta complexidade: os vínculos familiares e/ou comunitários estão rompidos ou ameaçados, exigindo acolhimento fora do convívio familiar.

A integralidade se inicia na acolhida



Nascida em 1914, Sacramento –MG.

Motivo para escrever o livro: “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia”

Década de 1950: “O livro que nunca perde sua atualidade”

22 de maio

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo. Sobrou macarrão, e eu vou esquentar para os meninos. Cozinhei as batatas, eles comeram. Tem uns metais e um pouco de ferro que eu vou vender no seu Manuel. Quando João chegou da escola eu mandei ele vender os ferros. Recebeu 13 cruzeiros. Comprou um copo de água mineral, 2 cruzeiros. Zanguei com ele. Onde já se viu favelado com estas finezas?

...Os meninos come muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.

Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela.

...O dinheiro não deu para comprar carne, eu fiz macarrão com cenoura. Não tinha gordura, ficou horrível. A Vera é a única que reclama e pede mais. E pede:

– Mamãe, vende eu para a Dona Julita, porque lá tem comida gostosa.

Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social.

Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres.

A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é nipônico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:

Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente. O senhor mandou-me ir na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o unico dinheiro que eu tinha com as conduções.

– Prende ela!

Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe:

– Eu sou pobre, porisso é que vim aqui.

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantropico de São Paulo que está fantasiado de São Vicente de Paula. E disse:

– Chama um carro de preso!

Jesus, 2014, p. 41.

O que é integralidade do SUAS?

- No dicionário Michaelis (2020) o termo “integralidade” está descrito como “Qualidade do que é integral. Conjunto de todas as partes que formam um todo”. Com isso, identifica-se que, no sentido estrito da palavra, pode ser entendida como totalidade, tornar inteiro;
- Cada indivíduo é único e possui múltiplas necessidades, buscando oferecer uma atenção integral — articulando benefícios e serviços — a fim de fortalecer sua proteção social e contribuir para a superação de situações de vulnerabilidade;
- Se faz na matricialidade sociofamiliar.

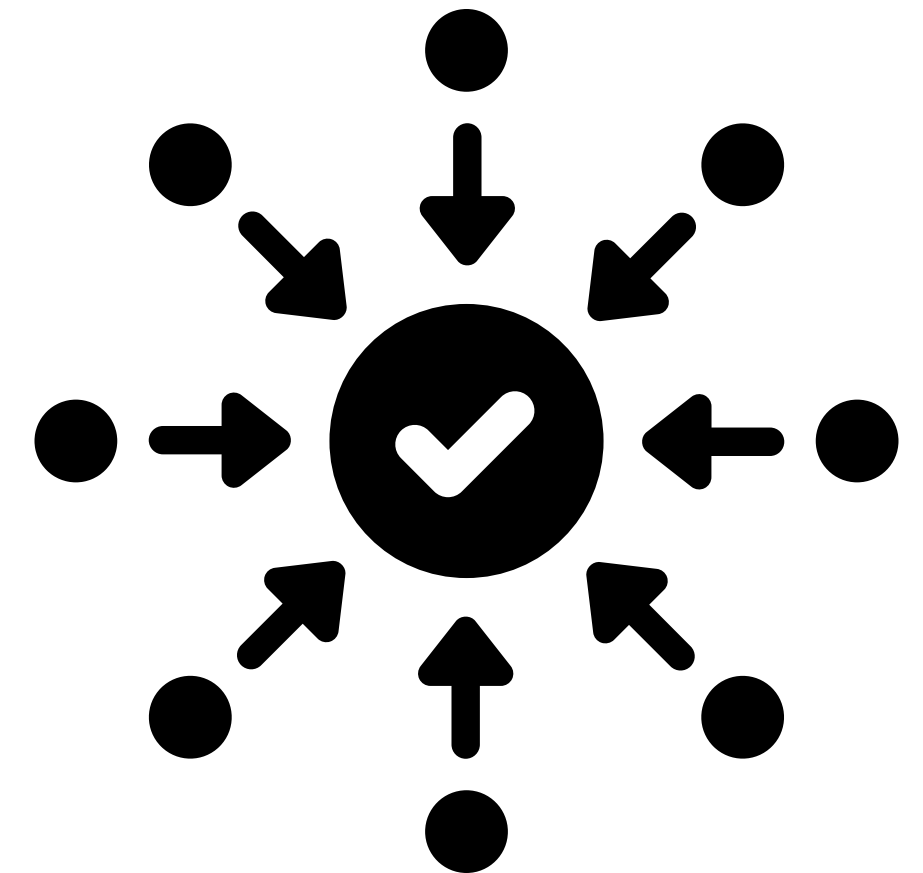


Matricialidade Sociofamiliar



O que é?

- A “matricialidade sociofamiliar” é apresentada como eixo estruturante da PNAS, ou seja, uma diretriz central para a política de assistência social;
- Significa colocar a família — entendida em sentido amplo (laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade) — como o núcleo de referência para as ações de proteção social.



Motivações

- Reconhecimento das transformações sociais, econômicas, políticas que afetam as famílias (mudanças nos arranjos domésticos, mercado de trabalho, vulnerabilidades novas) e, por isso, necessidade de políticas que considerem essa realidade;
- Frente à lógica de focalização exclusiva e de tratamento individualizado, a PNAS propõe a abordagem pela família, visando fortalecer os vínculos familiares e comunitários.



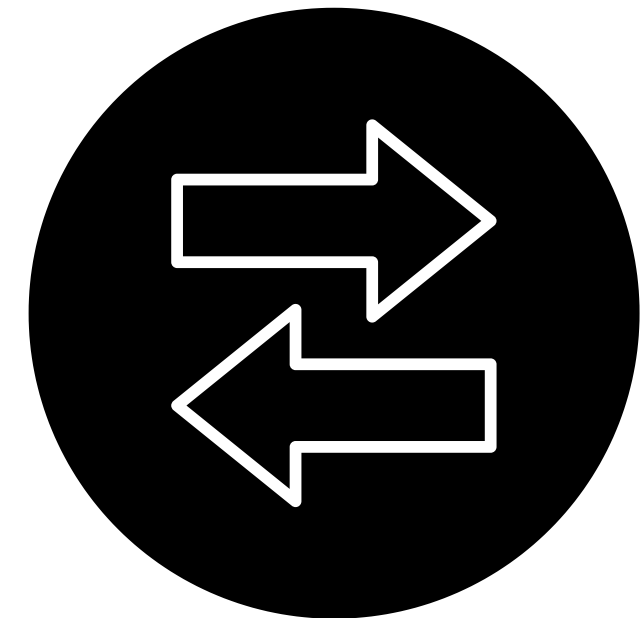
Reforçadores para o SUAS

- A política de assistência social deve atuar a partir das necessidades da família e de seus membros, em vez de apenas do indivíduo isoladamente;
- Visa garantir a convivência familiar e comunitária como direito, bem como fortalecer a autonomia, protagonismo e solidariedade nos vínculos familiares;
- A família atua como referência para prevenir riscos sociais, proteger, promover e incluir os seus membros — com o papel do Estado de garantir condições para que isso ocorra.



Contradições

- Embora seja uma proposta de valorização da família, há risco de que essa diretriz acabe transferindo responsabilidades para a família sem garantir os meios adequados do Estado para apoiar;
- Pode haver uma armadilha de “culpabilização” das famílias — se as condições objetivas (como falta de renda, desemprego, desigualdade) não forem consideradas, a família pode acabar sendo vista como falha por não cumprir um ideal de função protetiva;
- A concepção de família precisa considerar diferentes formatos, condições de vida, contextos de vulnerabilidade — não pode se restringir a um modelo “tradicional” único.



A efetividade da Integralidade do SUAS



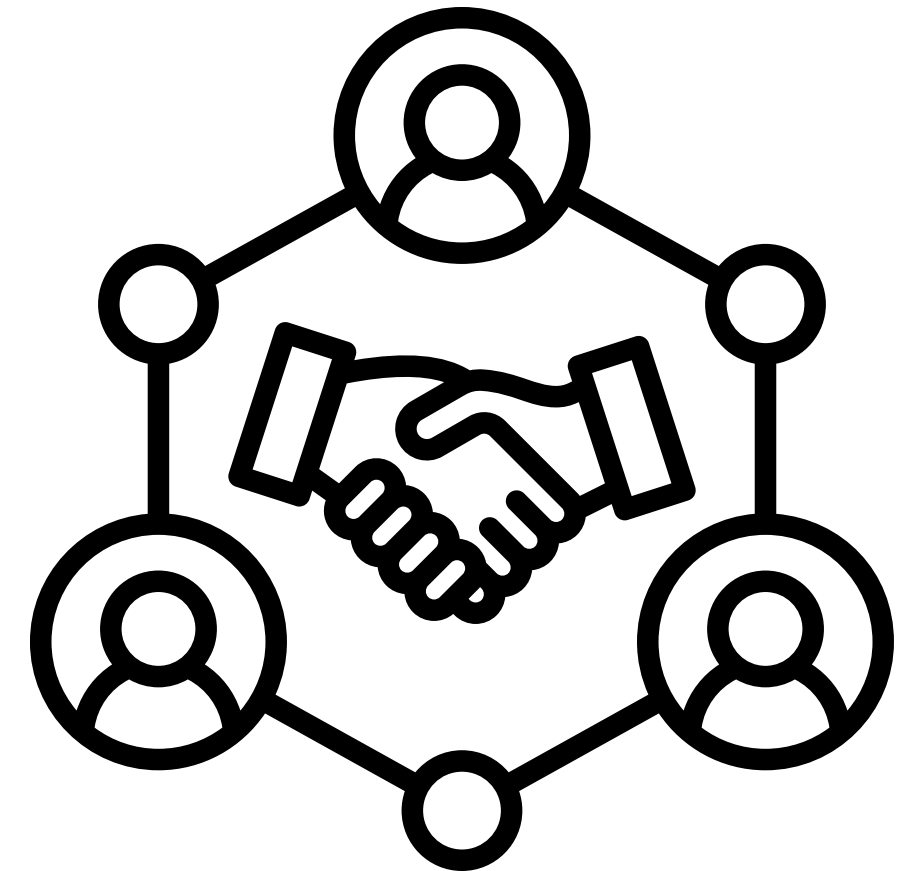
Identidade Profissional no SUAS

- O trabalho no SUAS não se reduz a “executar serviços” envolve mediação entre direitos socioassistenciais e usuários, ou seja, os trabalhadores do SUAS são ponte entre a política pública e as pessoas em vulnerabilidade;
- a superação de práticas de assistência assistencialistas, clientelistas ou fragmentadas operando em direção à efetivação dos direitos sociais;
- é preciso que também estejam inseridos em um modelo de trabalho que garanta: condições dignas, reconhecimento profissional, atuação ética, formação contínua e interdisciplinar.



Identidade Profissional no SUAS

- A construção da identidade profissional no SUAS passa pela compreensão de que os trabalhadores não são “operadores logísticos” apenas, mas sujeitos de uma política pública de direitos, protagonistas de vínculos sociais, e participantes conscientes de seus papéis e responsabilidades;
- A integralidade exige que os serviços, benefícios e ações socioassistenciais sejam articulados de forma que não haja lacunas ou sobreposições para que a pessoa/família tenha atenção completa. Nesse sentido, os trabalhadores do SUAS, devidamente organizados e qualificados, são essenciais para efetivar essa integralidade.



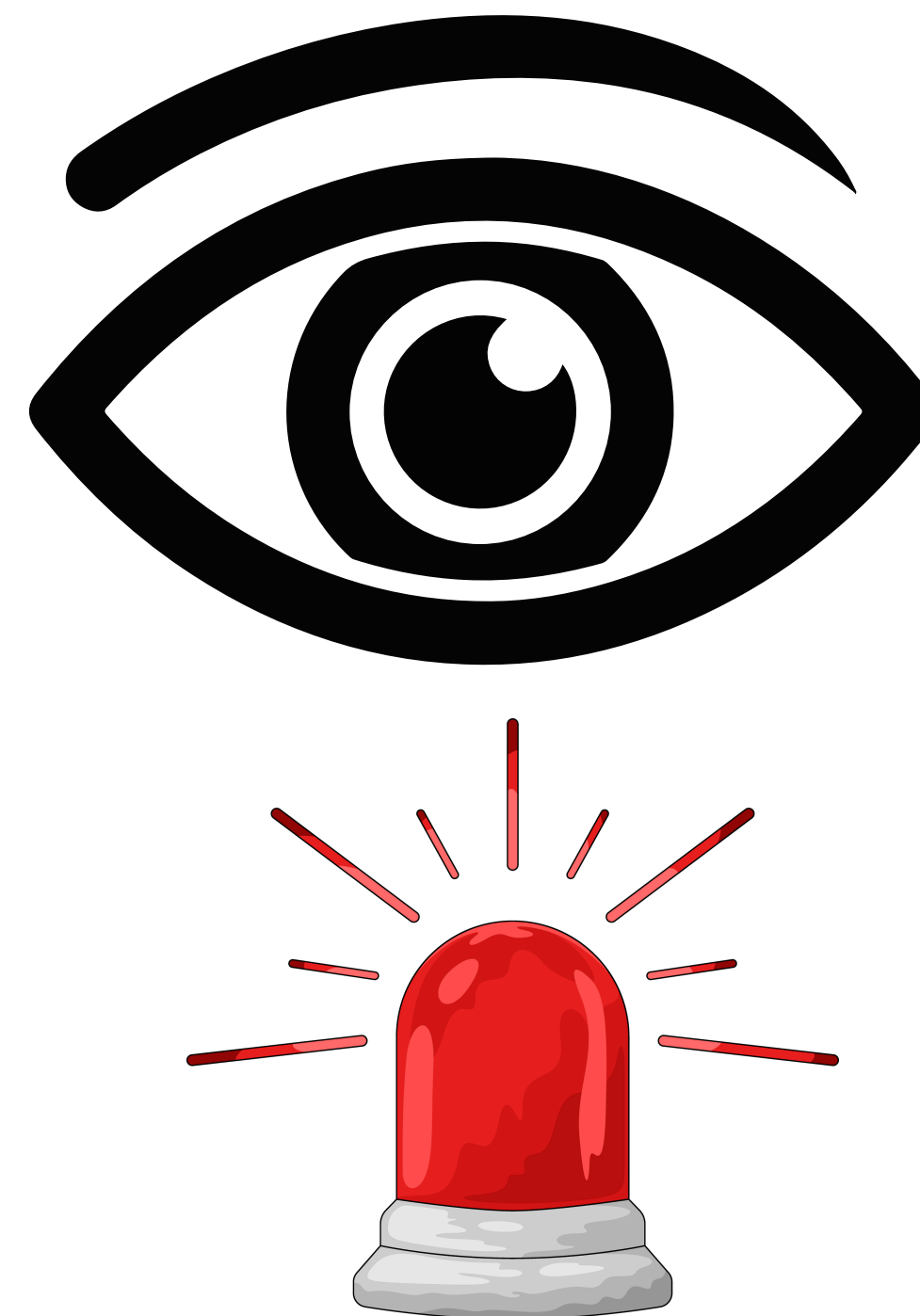
Identidade Profissional no SUAS

Dimensão investigativa:

- É a capacidade do(a) assistente social de observar, analisar e compreender profundamente a realidade onde atuar;
- Vai além de aplicar técnicas é pensar criticamente o que se faz e por que se faz.

Por que investigar é tão importante?

- Para compreender as causas reais dos problemas sociais;
- Para propor soluções com base em dados, estudos e reflexões;
- Para não cair no senso comum e na simples reprodução de rotinas.



ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

FRASE DISPARADORA

*Crianças que não
"sonham"*

*Quem vai romper o
ciclo?*



A dimensão do afeto

01

Emoções reprimidas

02

O afeto enquanto luxo

03

E se conhecessemos
o amor?

04

Amamos aquilo
que vemos

05

O afeto salva

Contribuições de Bell Hooks em "Vivendo de amor"
(2010).



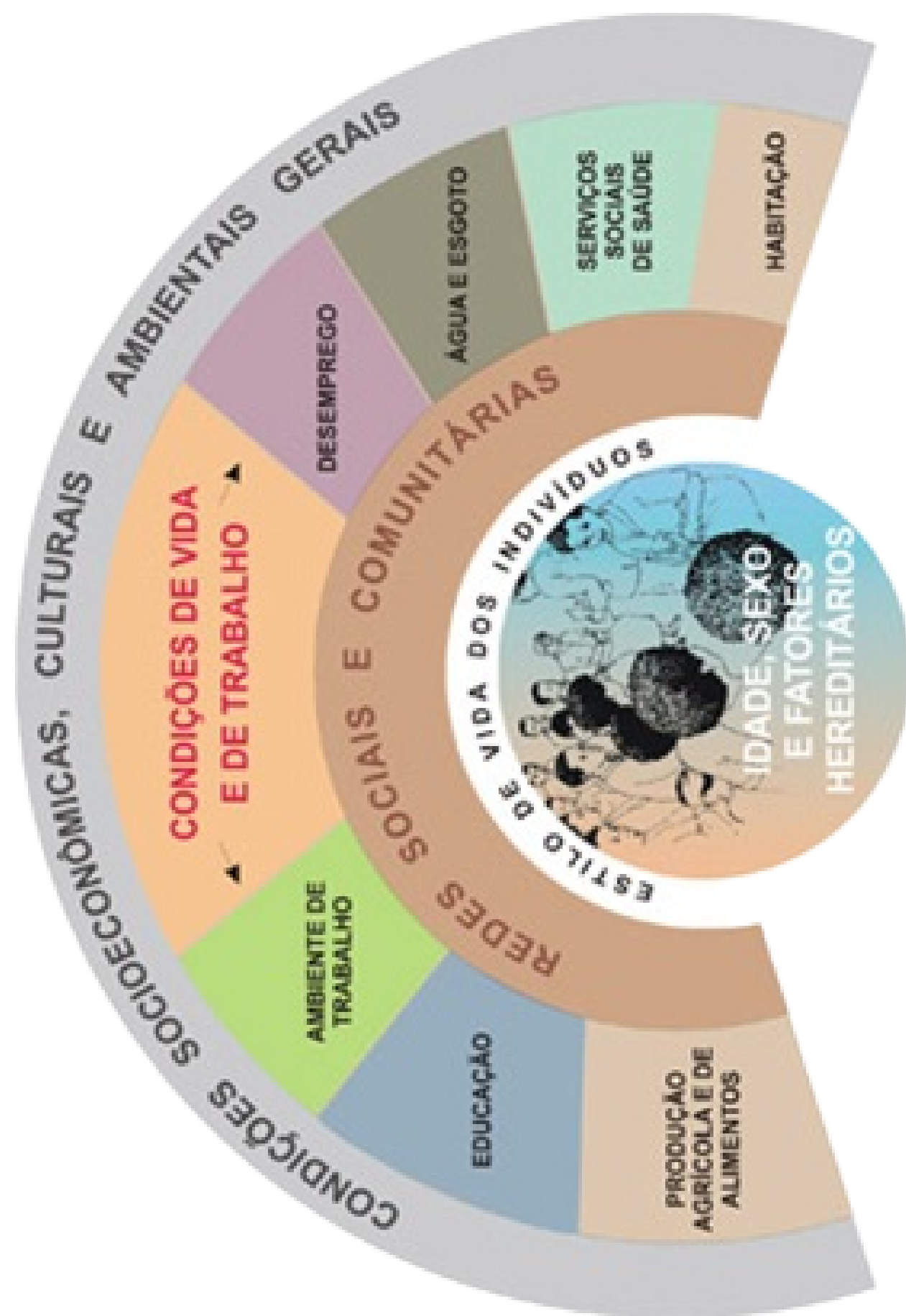
um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar, com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF e a busca pela superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.

[...] uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território

ACOMPANHAMENTO



ATENDIMENTO



Dimensões para identificar a situação de risco social

- Perfil;
- Composição familiar;
- Acesso ao trabalho;
- Renda;
- Condições de escolaridade;
- Gênero;
- Raça;

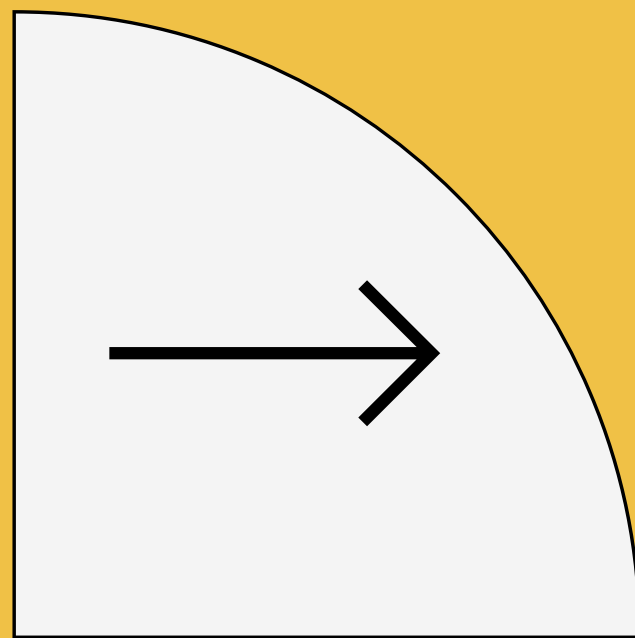
Auxílio para reflexão: Determinantes Sociais de Saúde



A instrumentalidade para integralidade

- Postura crítica e reflexiva para adequar os instrumentos de trabalho;
- Os instrumentos atuais respondem a realidade da família?
- Os relatórios elaborados, possuem uma estrutura de apresentação da realidade social/família, às ações desenvolvidas e a conclusão crítica?

O despertar das potencialidades



O trabalho social com famílias

gerar apoio e fortalecimento, sendo necessárias proposições e articulações em relação à política social, ações conjuntas com as próprias famílias e a realização de avaliações dos resultados, impactos e modificações ocorridas em seu cotidiano.

Família

"Espaço a ser cuidado" (Miotto, 2010).

A yellow cloud-like shape with a black outline, containing the word "Desafios" in white text.

Desafios

**Os múltiplos
desafios**

As crises Sucessivas

**A dificuldade em
confiar**

Desafios

Desamparo aprendido

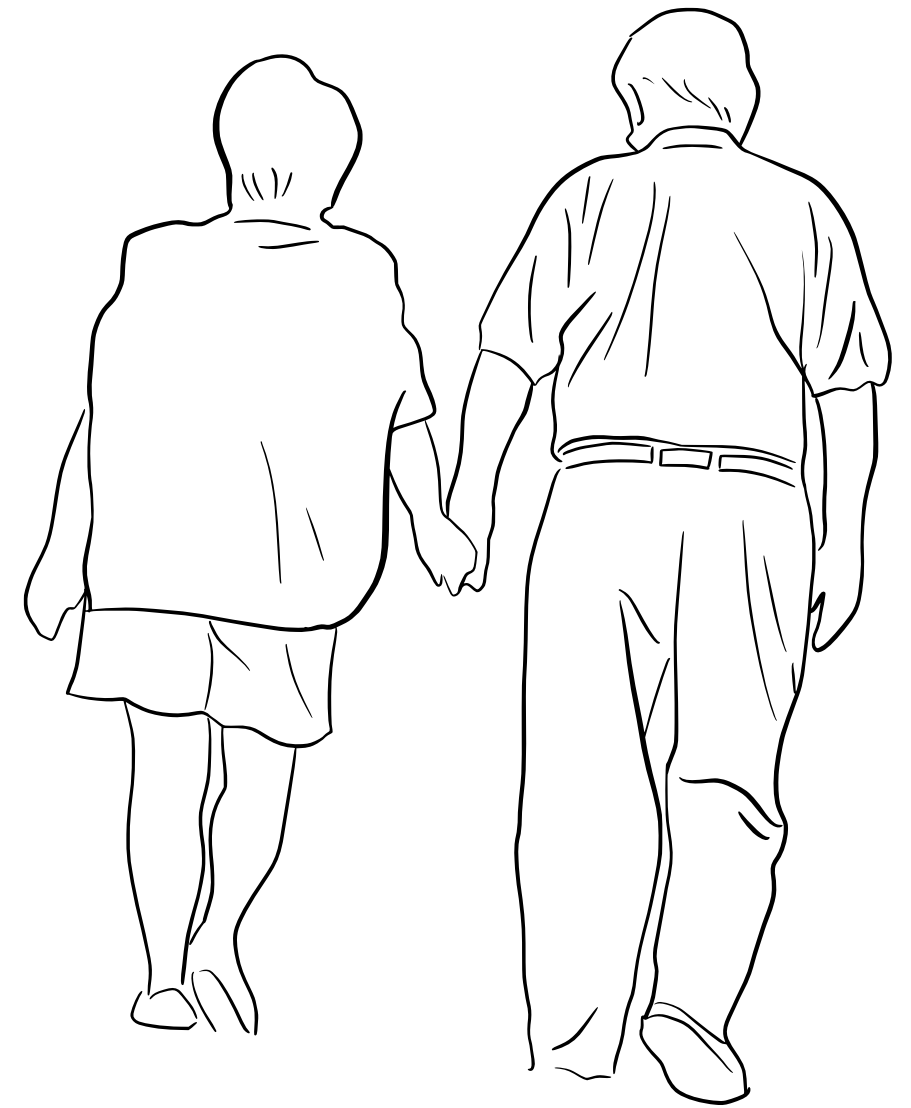
Resiliência

Cuidado ao utilizar o termo. Para reflexões mais aprofundadas, realizar a leitura da dissertação "Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões".



O processo de acompanhamento

- Relação construtiva, colaborativa e confiável;
- Aproximação respeitosa;
- Continuidade / longo prazo;
- Constituição de vínculos;
- Técnico de referência.



O acompanhamento no CRAS

Roteiro para definir casos de atendimento e acompanhamento

Oferta do acompanhamento

- Prontuários identificados;
- Oferta durante o retorno/agendamento;
- Construção do PAF.

Estruturação do acompanhamento junto a família

- Resgate das potencialidades;
- Reflexão crítica.

Lembrem-se das modalidades de acompanhamento

Particularizado

O acompanhamento particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS (quando, por exemplo, há pessoa que necessita de cuidados); por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo (sente-se intimidada e envergonhada); quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s).

Grupal

A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum. (MDS, 2012, p. 70).

O Acompanhamento no CREAS

Identificação da
violência e/ou violação

- Orientação;
- Estudo social.

Acompanhamento
individual e/ou familiar

- Criação de prontuário com identificação;
- Encaminhamentos para rede socioassistencial e/ou demais políticas públicas;
- Elaboração do PAF/PIA.

Estratégias

- Superação da violência e/ou violação;
- Buscar rede de apoio;
- Fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, visando a função protetiva das famílias e indivíduos.

REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA

- A função de referência e de contrarreferência tem um papel fundamental na articulação entre os serviços socioassistenciais, proporcionando a coesão entre níveis de proteção social na Política de Assistência Social e potencializando o processo de acompanhamento do usuário.



REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA

- a função de referência se materializa no processamento das demandas da Política de Assistência Social em um nível de menor complexidade para o de maior complexidade, podendo ser compreendida como o encaminhamento do usuário da Política de Assistência Social para atendimento no serviço especializado, por exemplo, um encaminhamento realizado pelo CRAS ao CREAS ou a qualquer serviço socioassistencial ou para outra política setorial, ou seja, de um serviço de menor complexidade a um de maior complexidade.



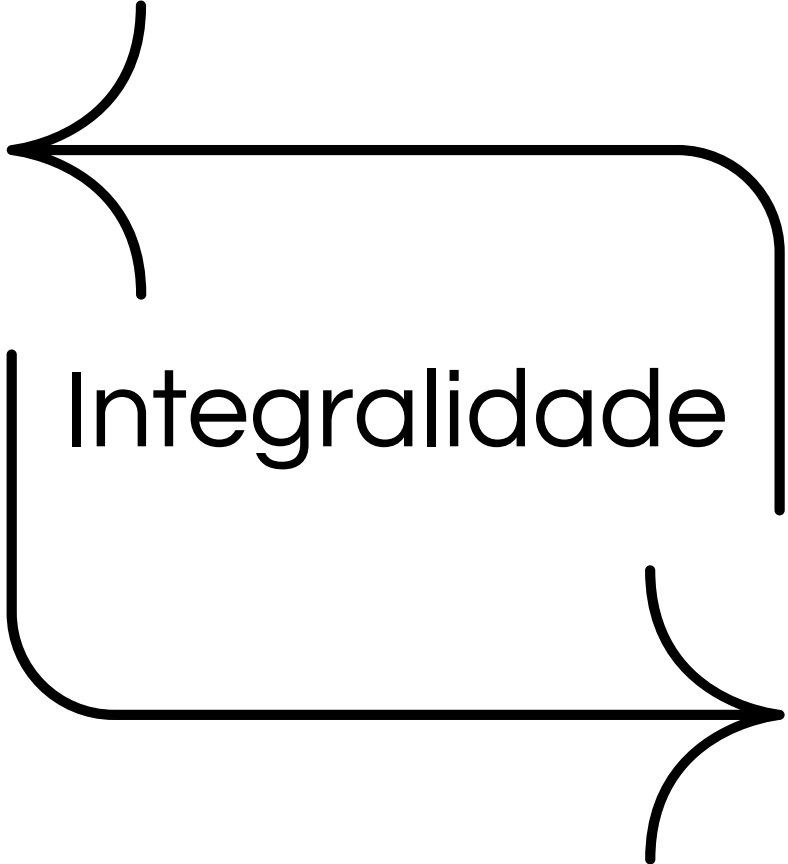
REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA

- a contrarreferência ocorre quando o encaminhamento do usuário da política se realiza do serviço de maior complexidade para o de menor complexidade, como é o caso dos encaminhamentos realizados pelo CREAS ao CRAS;
- Não se resume ao encaminhamento. É necessário lembrar que por muitas vezes a família já constituiu o vínculo com a equipe de referência de menor complexidade;



REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA

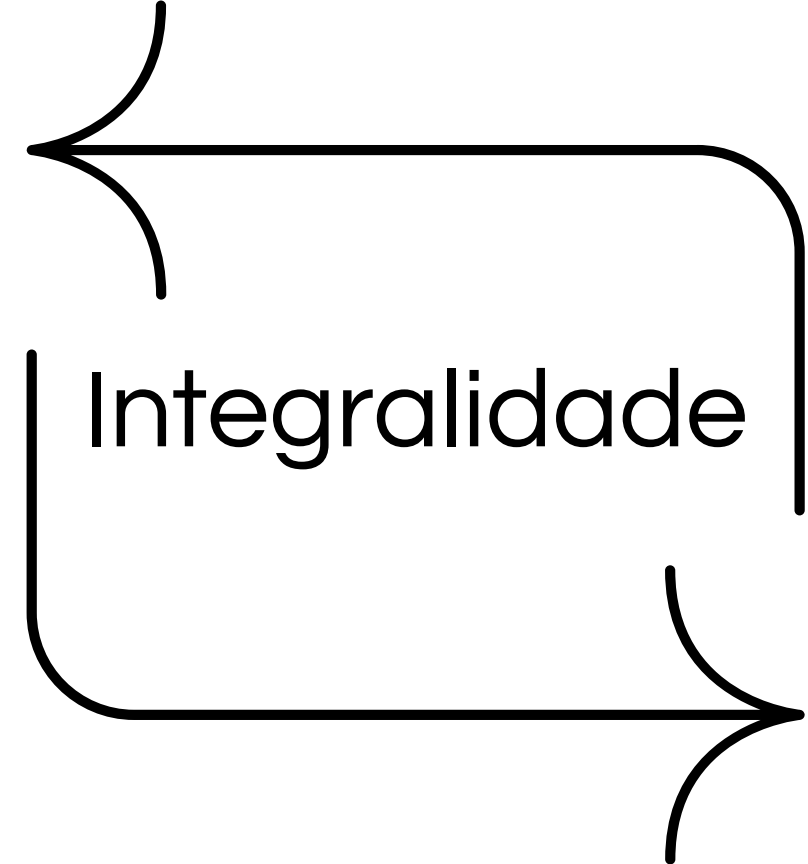
- Recomenda-se o estabelecimento de agendas entre as equipes de referência do CRAS e CREAS, para a discussão e análise dos encaminhamentos das famílias realizados entre os serviços PAIF e PAEFI, e o estudo das situações de vulnerabilidade e risco social mais recorrentes, que demandam ações conjuntas dos dois níveis de proteção social do SUAS, como campanhas socioeducativas e/ou eventos comunitários, com vistas ao enfrentamento e à prevenção de riscos sociais nos territórios.



Integralidade

REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA NA PRÁTICA PARA OS TRABALHADORES(AS) DO SUAS

- Agenda para repasse dos casos - Reuniões já definidas no Plano de Trabalho anual;
- Formalizar protocolos e fluxos de atendimento;
- Utilizar PIA e PAF como instrumentos centrais para o acompanhamento conjunto e definição de responsabilidades;
- Fortalecer a rede socioassistencial e intersetorial.



Integralidade

REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA NA PRÁTICA PARA OS(AS) USUÁRIOS(AS) DO SUAS

Garantia da Segurança
da Acolhida.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

1 . Objetivo

Definir as etapas, responsabilidades e critérios para o desligamento da família do acompanhamento pelo PAEFI, garantindo a articulação com a rede, documentação adequada e respeito aos direitos da família.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

Critérios de desligamento

- A família ou indivíduo acompanhado atingiu os resultados estabelecidos no Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) previsto para o PAEFI;
- A situação de violação de direitos ou de risco que motivou o ingresso no serviço foi superada ou estabilizada de forma sustentável;
- A família manifesta desejo de não mais permanecer no acompanhamento (desligamento voluntário) e isto foi pactuado.
- Transferência territorial ou mudança de domicílio para fora da área de cobertura do CREAS;



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

Critérios de desligamento

- Encaminhamento para outro nível ou modalidade de serviço (por exemplo, para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)), considerando que as vulnerabilidades passaram a ser distintas;
- Óbito ou situação que inviabilize a continuidade do acompanhamento.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

4. Etapas do processo de desligamento

4.1. *Avaliação final*

- A equipe de referência realiza uma avaliação final com a família, verificando o alcance dos objetivos do PIA, as aquisições, os vínculos fortalecidos e os riscos remanescentes.
- Registrar nessa avaliação: fatores que justificam o desligamento, pendências existentes, encaminhamentos em curso ou concluídos.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

4.2. Reunião de encerramento ou reunião com a família

- Convocar a família para reunião de encerramento com o técnico de referência e, se necessário, outros atores de rede envolvidos.
- Apresentar o relatório final de acompanhamento, discutir com a família os encaminhamentos, momentos de atenção futura ou busca ativa se for o caso.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

4.3. Formalização do desligamento

- Preencher o termo de desligamento (ou ata de encerramento) onde constem: identificação da família, data de desligamento, motivo, responsáveis, orientações para futuras necessidades, possibilidade de reingresso;
- Arquivar no prontuário da família e registrar no sistema de informação do SUAS (ou sistema local) conforme normativo.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

4.4. Encaminhamento ou articulação pós-desligamento(contrarreferência)

- Identificar se haverá continuidade com outro serviço da rede (PAIF, SCFV, acompanhamento da rede de saúde, etc0;
- Informar e orientar a família sobre rede de atenção, direitos, quem acionar em caso de nova demanda ou emergência;
- Se for o caso, definir monitoramento ou acompanhamento residual (por exemplo via PAIF ou outra instância) para assegurar manutenção das potencialidades adquiridas.



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

5. Produção de indicadores

- Percentual de famílias com avaliação final do PIA antes do tempo pactuado;
- Percentual de famílias que solicitaram desligamento;
- Percentual de famílias com encaminhamento articulado para a rede (contrarreferência);
- Percentual de casos de reingresso no prazo de 6 ou 12 meses (indicador de necessidade de ajuste no processo).



PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO

- Garantir que a família participe ativamente do desligamento, entendendo seus direitos, conquistas e alertas;
- Respeitar o sigilo, a dignidade e a autonomia da família no momento do desligamento;
- Utilizar linguagem acessível e clara no relatório e no termo para assegurar o pleno entendimento dos envolvidos;
- Manter o vínculo de rede ativo: o desligamento não significa corte abrupto de todas as articulações, mas passagem para nova etapa com autonomia fortalecida.



Expectativas no SUAS



Momento de reflexão

- Alimentamos muitas expectativas nas famílias atendidas?
- Como lidamos com as frustrações?
- Vocês conhecem o conceito de fadiga da compaixão?



Fadiga por compaixão

Fadiga por compaixão é o nome do processo no qual o profissional ligado ao atendimento de uma clientela, que tem como demanda o sofrimento, torna-se fatigado, exausto física e mentalmente, devido ao constante contato com o estresse provocado pela compaixão (Figley, 1995). Desta forma, estão sujeitos à fadiga por compaixão, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos, enfim, quaisquer profissionais que tenham como parte do seu ofício o contato com a dor e o sofrimento. De forma geral, a fadiga por compaixão ocorre quando o profissional não consegue mais lidar de uma forma saudável com os sentimentos negativos que emergem do sofrimento dos pacientes que ele atende. Em decorrência disso, estes profissionais começam a apresentar respostas somáticas e/ou defensivas em relação ao seu trabalho.

Como o próprio nome indica, a fadiga por compaixão tem como base a experiência da compaixão, definida como sendo um estado de preocupação, de aflição pelo bem-estar de outrem, tendo em vista o estresse e o desconforto que o sofrimento alheio nos causa (Lago & Codo, 2010). Alguns estudos sugerem que a fadiga por compaixão é a principal ameaça à saúde mental dos profissionais de Saúde (Abendroth, 2005; Collins & Long,



O perigo de uma história única

Antes dos meus filhos serem acolhidos eu não era atendida por ninguém, não tinha bolsa família, ninguém ia em casa, tipo eu era uma pessoa esquecida, nem conselho, ninguém me ajudava, ninguém, eu nem sabia que tinha CRAS, nem sabia que tinha esse negócio da prefeitura, a única coisa da prefeitura que eu fazia era votar, votar, porque ninguém ia em casa, não. Agora está indo todo mundo, só que para ajudar não está indo ninguém (NEGA, julho de 2016, grifo nosso).



O perigo de uma história única

Pontos de atenção:

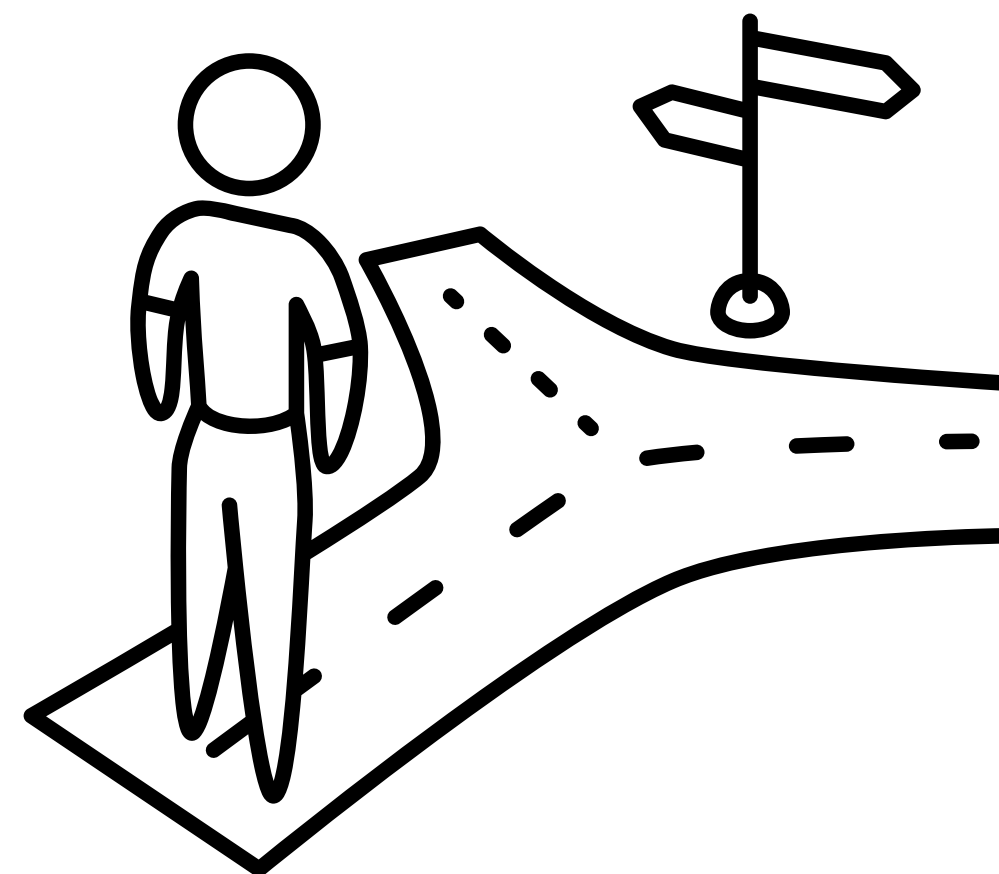
- “Correção das fragilidades” com encaminhamentos;
- Individualismo e correção;
- Senso comum;
- Não adesão.



LIMITES DO SUAS

- Desconstrução do conceito de autonomia

[...] a autonomia aparece como discurso central, como uma escolha individual: “andar com as próprias pernas”. É uma ideia de proteção social que deve ser restrita para não gerar “tutelamento” e dependência; “quem pensa que o desafio da política é encontrar uma “porta de saída” julga que o desemprego, o exercício de uma ocupação precária mal remunerada, a vulnerabilidade endêmica - decorrentes da volatilidade da renda e do emprego - são uma escolha voluntária” (LAVINAS, 2012, p.39).



E vamos à luta!

O SUAS que temos e o SUAS que queremos!

- Construção de espaços de reflexões;
- Afeto;
- Cuidado com a saúde mental;
- Reconhecer as pequenas conquistas;
- Reinvidicar e lutar de forma estratégica - linguagem acessível/ desconstruir para construir.



REFERÊNCIAS

HOOKS, bell. Vivendo de amor. Portal Geledés, São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 20 out. 2025

BRASIL. Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestaodotrabalhosuas.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BOMFIM, Jéssica Caroline Medeiros Silva. Integralidade da proteção social na assistência social: a efetivação da referência e da contrarreferência no município de Narandiba/SP. 2021. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

CARDOSO, Gracielle Feitosa de Loiola
(Re) produção de famílias “incapazes”: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. Gracielle Feitosade Loiola Cardoso; orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Carmelita Yazbek. São Paulo: PUC-SP, 2017. 199p.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LAGO, Kennyston Costa. Fadiga por compaixão: quando ajudar dói. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Guia de acompanhamento familiar. Família Paranaense Curitiba, 2017. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/divulgacao/AF-Guia_Acomp_Familiar.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

Obrigada!

Que tal juntos transformarmos desafios em
novas possibilidades através da formação?

e



Contatos

☎ (14) 99839-5058

✉ sirioeducacaopermanente@gmail.com

📷 [sirioeducacaopermanente](https://www.instagram.com/sirioeducacaopermanente)